

FACULDADE UNYLEYA

Gabriela de Azevedo Pedrosa Cunha

JURIDQUÊS:

Uma barreira ao maior interessado – o cidadão.

Brasília – DF
2016

GABRIELA DE AZEVEDO PEDROSA CUNHA

JURIDQUÊS:
Uma barreira ao maior interessado – o cidadão.

Monografia apresentada à Faculdade Unyleya como exigência parcial à obtenção do título de Especialista em Português Jurídico.

João Francisco Sinott Lopes.

Brasília – DF
2016

GABRIELA DE AZEVEDO PEDROSA CUNHA

JURIDQUÊS: Uma barreira ao maior interessado – o cidadão.

Monografia apresentada à Faculdade Unyleya como exigência parcial à obtenção do título de Especialista em Português Jurídico.

Aprovada pelos membros da banca examinadora em ____/____/____, com menção ____ (_____).

Banca Examinadora

Brasília – DF
2016

AGRADECIMENTO

Aos meus filhos, João Felipe e Rafaela, por entenderem que os momentos perdidos com eles trarão muitos frutos. Ao meu marido, Gustavo, pelo amor e dedicação que me tem dado.

EPÍGRAFE

Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração.”
Nelson Mandela.

RESUMO

O presente trabalho foi idealizado devido a extrema relevância do tema no mundo jurídico. São apresentadas a importância da linguagem jurídica e a maneira correta de se apresentar um texto, ou seja, de forma clara, concisa, objetiva, de fácil entendimento. O uso exagerado de latim, palavras rebuscadas, arcaísmos é chamado de “Juridiquês”. Apesar de muitos operadores do direito utilizarem esse tipo de linguagem, os defensores da simplificação da linguagem jurídica estão cada vez mais presentes no mundo jurídico, no qual o cidadão sem dúvida desponta como o principal interessado do processo de criação linguística. Daí se fazer necessário o empenho dos profissionais do direito em produzir texto conciso, apenas com o essencial, argumentando com coerência e precisão. É preciso, também, que os agentes do Poder Público e das instituições de ensino se dispam da vaidade e conjuguem esforços para a facilitação do entendimento das decisões judiciais por parte dos principais interessados nas causas submetidas à apreciação da Justiça.

Palavras-chave: “Juridiquês”. Direito. Português Jurídico. AMB. Simplificação da linguagem. Cidadão. Operadores do direito.

ABSTRACT

This study was designed due to extreme relevance of the issue in the legal world. Are presented the importance of legal language and the correct way to present a text, that is, in a clear, concise, objective, easy to understand. The exaggerated use of Latin, florid words, archaisms is called "legalese". Although many law professionals use such language, advocates simplification of legal language are increasingly present in the legal world, in which the citizen undoubtedly emerged as the main interested in the language creation process. There do need the commitment of the legal profession to produce concise text, with only the essentials, arguing with consistency and accuracy. It is also necessary that the agents of the government and educational institutions dispam vanity and join efforts to facilitate the understanding of judicial decisions by the major stakeholders in cases submitted to the Court.

Keywords: "legalese". Lawyer. Legal Portuguese. AMB. Simplification of language. Citizen. Operators of law.

SUMÁRIO

REFERENCIAL TEÓRICO	11
CAPÍTULO 1	13
A Linguagem do mundo jurídico	13
CAPÍTULO 2	19
Simplificando as decisões judiciais	19
CAPÍTULO 3	24
Redescobrimento do direito pelo cidadão	24
CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

INTRODUÇÃO

O Direito, como em qualquer outra área de estudo – Medicina, Contabilidade, Matemática, Biologia –, possui expressões e termos que lhe são próprios, ou seja, uma linguagem técnica. Para que o leitor consiga compreender um texto, seja ele oriundo de qualquer área, faz-se necessário que contenha uma escrita clara, concisa e objetiva. Entretanto, particularmente no campo do direito, as produções textuais são repletas de expressões arcaicas, latinismo ou de difícil interpretação. Com isso, o cidadão, que é o maior interessado nas causas judiciais, acaba sendo prejudicado por não entender o direito que, na essência, possui. A partir do momento em que os operadores do direito conseguirem transmitir a mesma informação de forma mais clara, precisa e direta, os cidadãos irão se sentir verdadeiramente alcançados pelas decisões emanadas do Judiciário.

Portanto, o presente trabalho tentará demonstrar a importância de uma linguagem mais simples pelos operadores do direito. Será utilizada a revisão literária para demonstrar a urgência de uma linguagem menos rebuscada nas decisões judiciais. Revelar que, elas, apresentam expressões e construções que, para o grande público, são de conteúdo ininteligível. Propor, de outra parte, uma linguagem mais simples para que todo cidadão consiga entender e buscar pelos seus direitos, mostrando a diferença entre linguagem jurídica e “juridiquês”.

Marcelo Paiva, em seu livro “Português Jurídico (2015)”, é categórico: a linguagem jurídica é técnica. Entretanto, “não se pode, em nome da linguagem técnica, justificar o uso de rebuscamento e comprometer as técnicas de um bom texto.”. É muito comum encontrarmos decisões judiciais nas quais se apresentam expressões pouco compreensíveis para o público em geral, como, de resto, ilustra bem o trecho abaixo:

Com espia no referido precedente, plenamente afincado, de modo consuetudinário, por entendimento turmário iterativo e remansoso, e com amplo supedâneo na Carta Política, que não preceitua garantia ao contencioso nem absoluta nem ilimitada, padecendo ao revés dos temperamentos constritores limados pela dicção do legislador infraconstitucional, resulta de meridiana clareza, tornando despicienda maior peroração, que o apelo a este Pretório se compadece do imperioso prequestionamento da matéria abojada na insurgência, tal entendido como expressamente abordada no Acórdão guerreado, sem o que estéril se mostrará a irresignação, inviabilizada ab ovo por carecer de pressuposto essencial ao desabrochar da operação cognitiva. (PAIVA, 2015. p.27).

O mesmo texto poderia ter sido reescrito, segundo PAIVA, da seguinte maneira:

Um recurso, para ser recebido pelos tribunais superiores, deve abordar matéria explicitamente tocada pelo tribunal inferior ao julgar a causa. Isso não ocorrendo, será pura e simplesmente rejeitado, sem exame do mérito da questão. (PAIVA, 2015. p.28).

Será utilizada pesquisa bibliográfica no presente trabalho de conclusão, com socorro a livros didáticos, textos extraídos de sítios especializados, Constituição Federal de 1988 e entrevistas dadas por pessoas renomadas na área do Português Jurídico.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Direito nasceu muito antes de Cristo, com registros que remontam a 449 a.C, ou seja, é uma ciência muito antiga. O Direito brasileiro tem sua origem no Direito Romano¹⁴, apresentando termos em latim cuja correspondência muitas vezes não existe em português, ou, ao menos, não com a mesma carga semântica do original, como se dá, por exemplo, com o *habeas corpus*. Essas expressões jurídicas fazem parte do cotidiano do Judiciário. Para dificultar, muitos operadores do direito utilizam várias expressões em latim cuja tradução é bem aceita pelo Português, ou mesmo palavras arcaicas, rebuscadas ou de difícil compreensão, o que só atua em prejuízo à compreensão do texto. Segundo Andrade e Viana, é

importante esclarecer que o texto jurídico sempre foi marcado por construções fraseológicas complexas e por um elevado grau de conhecimento da língua, não só no processo de estruturação textual, mas também no conhecimento profundo da gramática da língua portuguesa. Em virtude disso, o profissional do Direito destacou-se, por séculos, como referência na tradição de produzir bons textos e na tradição de ter amplo domínio da norma culta, no entanto, essa imagem positiva tem sido depreciada por uma vasta quantidade de erros básicos referentes à utilização da língua e à estruturação da linguagem. Não bastassem os percalços decorrentes dos vícios de linguagem, eles estão sendo potencializados devido ao uso indiscriminado de arcaísmos e de latinismos.

É justamente esse vício linguístico a que se dá o nome “Juridiquês”. O “juridiquês” é considerado um mau hábito, um desvio da linguagem. A professora Valdeciliana Andrade afirma que o

Juridiquês não é tecnicismo; muitas vezes, o emprego de termos técnicos será necessário, mas nada impede que o profissional utilize recursos para esclarecer tal linguagem técnica. Preciosismo é um desvio que contempla o uso descomedido de latinismo, de termos ou expressões arcaicas ou mesmo rebuscadas e de neologismos. Tais recursos impedem a compreensão adequada do que está sendo proferido, deste modo o processo de comunicação fica prejudicado. Parece que há um prazer em se eleger um léxico que não seja acessível ao cidadão comum. O uso de um vernáculo mais elitizado distancia o Direito do cidadão comum.

Essa linguagem inacessível, ao que parece, viola os princípios constitucionais do acesso à justiça e à publicidade. Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XIV - é assegurado a todos o acesso à informação. Pensando nisso, em 2005, a Associação dos Magistrados Brasileiro – AMB – lançou uma campanha nacional para a simplificação da linguagem jurídica. O

objetivo é simplificar a linguagem a partir das faculdades de Direito, operadores de Direito e jornalistas.

Em livro lançado pela AMB,

o Judiciário distancia-se do público pela postura excessivamente formal, pela produção de material eventualmente incompreensível para o cidadão comum, por sentenças com linguagem e vocabulário complicados, por exemplo, e pela estrutura insuficiente de prestação de informações básicas. (O Judiciário ao Alcance de Todos – Noções Básicas de “juridiquês”).

A professora Valdeciliana Andrade, em seu texto “O juridiquês e a linguagem jurídica: o certo e o errado no discurso”, afirma que o “juridiquês”

não surgiu por causa da linguagem técnica, mas, sim, por causa do excesso de formalismo na área jurídica, que é visto até hoje nos pronomes de tratamento, mesmo fora do âmbito forense entre os pares, nos trajés, na burocracia que envolve o processo, nas formas de acesso à justiça.

A linguagem jurídica deve ser formal, entretanto não se deve florear o discurso, dando-se mais importância à forma que ao conteúdo, já que, com o uso habitual dessa prática, tende-se a manter o monopólio do conhecimento e erguer um entrave ao acesso à Justiça.

O vocabulário jurídico difícil, rebuscado, complexo constitui-se em obstáculo para o entendimento por parte das pessoas situadas fora desse específico universo, abrindo espaço para o florescimento de uma incômoda relação de poder, de domínio, daquele que detém o conhecimento – reservado aos que integram à tribo judiciária – sobre os demais.

Linguagem clara é pressuposto para o acesso à Justiça; é aproximar o ofício judicante do seu verdadeiro destinatário. O legislador elaborou a Lei Complementar nº 95, de 1998, com o intuito, entre outros, de facilitar o entendimento das leis pela população. Em seu artigo 11, apresenta os propósitos que devem reger toda produção normativa: clareza, precisão e ordem lógica. Se as leis devem ser escritas para o alcance desses objetivos, por que os operadores do direito escrevem suas petições e decisões com preciosismos, neologismos e adjetivações dispensáveis?

CAPÍTULO 1

A Linguagem do mundo jurídico

A língua caracteriza-se por ser um recurso de comunicação particular de uma comunidade, um grupo, um povo. Ela constitui uma convenção social entre povos, os quais desenvolvem coletivamente signos linguísticos e lhes atribuem significado (TRUBILHANO E HENRIQUE, 2010, p 2), de modo falado ou escrito.

Com relação à fala, costuma-se apresentar em três níveis de linguagem: culto, coloquial e vulgar. O primeiro, segundo TRUBILHANO E HENRIQUE (2010, p. 15), “caracteriza-se não só pela observância estrita das normas gramaticais, mas também pelo uso de vocábulos mais ricos, selecionados”. O coloquial é aquele usado no dia a dia, nos momentos informais, em casa, nas mesas de bares, sendo ele menos rígido. O vulgar é a linguagem contaminada de gírias, com desvios gramaticais, normalmente utilizada por pessoas com menor grau de escolaridade.

No mundo jurídico, utiliza-se a linguagem culta, formal, tanto na fala quanto na escrita. Entretanto, existe uma grande diferença entre linguagem culta e juridiquês, muito utilizada pelos operadores do direito. O juridiquês é considerado um desvio de linguagem, cujo erro contempla o uso descomedido de latinismo, de termos ou expressões arcaicas, ou mesmo rebuscadas, e de neologismos.

Na coluna *Língua Afiada* da professora Tatiana Paixão, ela afirma que

Toda profissão possui termos próprios, termos técnicos, com a finalidade de sintetizar o que seria dito em uma frase inteira. Não se discute o uso de tais palavras essenciais para o contexto, não se pode extingui-las, pois, sem as quais se correria o risco de suprimir ideias. Entretanto, deve-se ter cuidado com o formalismo exagerado, em especial, nas peças processuais, uma vez que grande parte da população já desconhece a lei; necessita de advogado para ter acesso à justiça; e acaba por precisar, também, de um operador do direito para lhe traduzir uma sentença judicial ou um parecer jurídico por ser incompreensível. Além disso, ainda há os que preferem eleger a forma mais complicada quando optam pelo uso demasiado de expressões latinas, provenientes de uma língua morta, que já caiu em desuso faz tempo. Não se trata de vulgarizar, mas se fazer entender.

Aqueles que escolheram trabalhar na área jurídica devem conhecer muito bem não só as leis, doutrinas, jurisprudências, etc., mas também a gramática, fazendo com que o texto tenha clareza, concisão, formalidade, impessoalidade, objetividade e simplicidade. Mas nem sempre é isso que vemos nos textos jurídicos. É muito comum acharmos textos com excesso de formalismos, palavras ou mesmo frases inteiras em latim, termos arcaicos e tantos outros recursos que dificultam a compreensão, fazendo com que a escolha desse tipo de linguagem não seja compreendida pelo cidadão comum.

A professora Valdeciliana Andrade discorre sobre esse problema em seu texto “O Juridiquês e a Linguagem Jurídica”. Alguns acreditam que escrever bem é escrever difícil, sendo medido pela quantidade de palavras latinas, arcaicas ou rebuscadas que se utilizam, supondo que o uso do vernáculo mais elitizado demonstra cultura. Isso, inclusive, é veladamente incentivado nas faculdades de direito.

OITICICA (1959, p. 39/40), no final da década de 50, já possuía essa preocupação com uma escrita mais clara, contundente, de fácil assimilação.

Todo exagero produz geralmente o contrário do fim previsto. Assim as palavras servem para tornar as idéias perceptíveis, mas somente até certo ponto. Amontoadas além da justa conta escurecem sempre as idéias a comunicar. Missão do estilo e encargo do juízo é parar na risca exata, pois cada palavra demasiada é contraproducente. Voltaire disse, a propósito: ‘o adjetivo é inimigo do substantivo’. Mas, na verdade, muitos escritores buscam esconder na superabundância das palavras a pobreza das idéias. Evitem-se, conseqüentemente, toda a prolixidade e todo o encrustamento de notículas insignificantes que não pagam a pena de ser lidas. Devemos economizar o tempo, os esforços e a paciência do leitor. (...) Recorrer a muitas palavras para exprimir poucas idéias é sinal infalível de mediocridade. O do cérebro eminente, ao contrário, é concentrar muitas idéias em poucas palavras (Schopenhauer).

Pensando nessa problemática, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), lançou em 2005 uma campanha para a simplificação da linguagem jurídica. A campanha visa à alteração da cultura linguística dominante na área do Direito. Acredita-se que essa é uma das ferramentas que podem contribuir para que a Justiça seja compreendida em sua atuação por todos e especialmente por seus destinatários, ou seja, o cidadão comum.

Em entrevista para o Programa Jurídico, a professora Euda de Araújo Cordeiro corrobora a importância da campanha da AMB. Afirma que a linguagem no mundo do Direito deve ser culta, formal, técnica, entretanto não há de se confundir com juridiquês, prática que vem sendo utilizada desde o início dessa ciência. Alega, também, que o juridiquês é um entrave ao acesso à justiça.

Segundo TRUBILHANO E HENRIQUE (2014, p.18/19), existe uma anedota de autoria incerta e que exemplifica perfeitamente esse entrave:

Rui Barbosa, ao chegar em casa, ouviu um barulho estranho vindo do seu quintal. Foi averiguar e constatou haver um ladrão tentando levar seus patos de criação. Aproximou-se vagarosamente do indivíduo e, surpreendendo-o ao tentar pular o muro com seus patos, disse-lhe:

Oh, bucéfalo anácrono!...Não o interpelo pelo valor intrínseco dos bípedes palmípedes, mas sim pelo ato vil e sorrateiro de profanares o recôndito da minha habitação, levando meus ovíparos à sorrelfa e à socapa. Se fazes isso por necessidade, transijo; mas se é para zombares da minha elevada prosopopeia de cidadão digno e honrado, dar-te-ei com minha bengala fosfórica, bem no alto da tua sinagoga, e o farei com tal ímpeto que te reduzirei á quinquagésima potência que o vulgo denomina nada.

E o ladrão, confuso, diz:

Dotô, resumino... Eu levo ou dêxo os pato?

Em textos jurídicos, é comum encontrarmos expressões arcaicas para designar um termo de fácil entendimento. Seguem alguns exemplos:

- Petição inicial → Peça ovo;
- Petição Inicial → Res in Judicio Deducta;
- Juiz de Primeira instância → Alvazir de piso;
- Folha de cheque → Cártula chéquica;
- Esposa → Consorte virago;
- Denúncia → Exordial increpatória

- Cadeia → Ergástulo público;
- Código Penal → Caderno Repressor;
- Com base no artigo → Com supedâneo no artigo;
- Com base no artigo → Etribado no artigo;
- Fundamental → Abroquelar ;
- Salário → Estipêndio funcional.

PAIVA (2011, p. 10) traz um *habeas corpus* enviado à autoridade policial, que, ao recebê-lo, entendeu exatamente o contrário do que desejava o magistrado.

Por determinação da egrégia segunda vice-presidência, comunico que a colenda primeira Câmara Criminal, julgando *habeas corpus* _____ Proc. Crime _____, dessa Vara, em que são impretantes os bacharéis _____ e paciente _____, proferiu a seguinte decisão: conhecida em parte, na parte conhecida, concederam parcialmente a ordem impetrada, tão somente para anular o depoimento das testemunhas protegidas pelo provimento _____, com reinquirição das mesmas, após as providências constantes do v. Acórdão, ficando denegada a pretensão formulada na sustentação ora de concessão de “*habeas corpus*”, de ofício, deferindo liberdade provisória ao paciente, retificada a tira de julgamento anterior, nos termos do pedido hoje ofertado.

Moral da história: o delegado soltou o preso por não ter conseguido interpretar a decisão do juiz!

Contudo, há algumas expressões em latim carentes de correlações gramaticais para o português com a mesma carga semântica, como *habeas corpus*, *habeas data*, entre outras.

Daí que as instituições de ensino superior deveriam se preocupar na formação desse novo operador do direito, tendo em vista que a própria Lei Complementar 95/1998, em seu artigo 11, enfatiza que as disposições normativas deverão ser redigidas de forma clara, precisa e na ordem lógica. Se as leis devem ser escritas dessa maneira, todos os textos jurídicos deveriam seguir essa

mesma regra. Ainda no âmbito das leis, o Código do Processo Civil, em seu art. 192, nos lembra de que “em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa.” de acordo com o padrão da norma culta.

Luciano Correia da Silva já tinha essa preocupação em 1991, em seu Manual de Linguagem Forense, no qual disse:

[...] e as novas gerações de advogados saibam que, para exercer a profissão, além das qualidades morais e intelectuais, faz-se necessário um requisito que, de tão essencial, parece desprezível: o conhecimento do vernáculo, dos seus recursos e de sua importância na atividade jurídica, dos bens e direitos humanos.” (SILVA, 1991, p.13)

Outro exemplo de juridiquês é ofertado pela AMB (2007, p.4), na abertura do seu livro:

Diagnosticada a mazela, põe-se a querela a avocar o poliglotismo. A solvência, a nosso sentir, divorcia-se de qualquer iniciativa legiferante. Viceja na dialética mediatunda, ao inverso da almejada simplicidade teleológica, semiótica e sintática, a rabulegência tautológica, transfigurada em plurilingüismo ululante indecifrável. Na esteira trilhada, somam-se aberrantes neologismos insculpidos por arremedos do insigne Guimarães Rosa, espalmados com o latinismo vituperante. Afigura-se até mesmo ignominioso o emprego da liturgia instrumental, especialmente por ocasião de solenidades presenciais, hipótese em que a incompreensão reina. A oitiva dos litigantes e das vestigiais por eles arroladas acarreta intransponível óbice à efetiva saga da obtenção da verdade real. *Ad argumentandum tantum*, os pleitos inaugurados pela Justiça pública, preceituando a estocástica que as imputações e defesas se escudem de forma ininteligível, gestando obstáculo à hermenêutica. Portanto, o hercúleo despendimento de esforços para o desaforamento do “juridiquês” deve contemplar igualmente a magistratura, o ínclito Parquet, os doutos patronos das partes, os corpos discentes e docentes do magistério das ciências jurídicas.

Em seu discurso de posse como presidente do Supremo Tribunal Federal, em 2000, a Ministra Ellen Grace enfatizou a sua preocupação com esse tema: “Minha compreensão de um sistema Judiciário eficiente e operante tem como ponto central o acesso mais amplo ao serviço público essencial que é a Justiça. Por isso, entendo que a difusão e fortalecimento dos juízos de primeiro grau devam ser priorizados. Que todos os cidadãos tenham acesso fácil a um juiz que lhes dê resposta pronta é o ideal a ser buscado. (...) Que a sentença seja compreensível a quem

apresentou a demanda e se enderece às partes em litígio. A decisão deve ter caráter esclarecedor e didático”.

CAPÍTULO 2

Simplificando as decisões judiciais

No programa Profissão Repórter exibido pela TV Globo em 19 de junho de 2012, intitulado Mulheres no Crime, a equipe jornalística acompanhou julgamentos de mulheres, todas pobres e sem instrução. Em audiência de uma mulher presa, o juiz perguntou qual a escolaridade da acusada. Assustada, a ré responde que não sabe. O magistrado, desconcertado com a resposta da mulher, reformulou a pergunta e então perguntou até que série a acusada havia estudado. Dessa forma, a detenta entendeu e contou que estudou até a quinta série.

No mesmo programa televisivo, outra mulher acusada de roubo é indagada pela representante do Ministério Público Estadual se vive de ataque ao patrimônio alheio. A ré, sem entender a pergunta, com cara de espanto responde: - O que é isso?

Nessa reportagem da TV Globo, fica claro que o idioma falado nos tribunais brasileiros é completamente diferente do idioma falado no dia a dia, a linguagem coloquial. Não foi preciso usar termos técnicos, palavras em latim ou palavras arcaicas para que o maior interessado conseguisse entender as palavras de quem o estava julgando.

Esse tipo de diferença pode impedir ou comprometer o direito de ampla defesa e do contraditório da pessoa acusada, cujo respaldo está na Constituição Federal, no inciso LV do seu artigo 5º.

O Senado Federal, em seu Jornal, publicou o texto “Termos rebuscados atrapalham a compreensão de sentenças judiciais e textos do Direito”, na edição do dia 26 de junho de 2012, no qual explicava que

Defensores de linguagem clara nos tribunais frequentemente lembram uma história que teria acontecido num tribunal de Santa Catarina. “Encaminhe o acusado ao ergástulo público”, disse o juiz. Dois dias depois, a ordem ainda não havia sido cumprida porque ninguém sabia o significado de “ergástulo” — palavra arcaica usada como sinônimo de cadeia.

Casos como esse tratado acima não faltam nos tribunais brasileiros. Entretanto, apesar da tradição de hermetismo, ou seja, uma tradição de utilização de palavras complexas, a preocupação com clareza e objetividade cresce entre os próprios magistrados. Em entrevista para o Jornal Gazeta do Povo, do Estado do Paraná, em 2010, a ministra do Superior Tribunal de Justiça Nancy Andrigli contou o episódio de um julgamento em que uma senhora de idade avançada poderia perder a casa onde morava. Após longa discussão dos magistrados, a decisão foi proferida com expressões técnico-jurídicas e o caso foi dado por encerrado. A Ministra, ao perceber a aflição da senhora cujo caso tinha acabado de ser julgado, quebrou o protocolo ao perguntá-la se havia compreendido a decisão. A resposta, obviamente, foi não. A partir desse episódio, a ministra mantém, em sua página pessoal - www.nancyandrigli.stj.jus.br -, um projeto de simplificação das decisões judiciais, “traduzindo” suas principais decisões para a linguagem coloquial.

Em sessão da 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em dezembro de 2009, o Ministro Pedro Paulo Manus defendeu a necessidade da clareza em decisões judiciais, lembrando a necessidade de se evitar uma linguagem que possa dificultar o entendimento sobre o que foi decidido. O Ministro Manus, a título de exemplo, começou a ler um recurso de revista cuja decisão foi levada naquela sessão:

Não sendo absoluta a faculdade reconvençional, de frisar-se a condição estabelecida, à legitimação de seu exercício, pelo verbete acima enfocado: a ocorrência de conexão entre a causa principal e a reconvenção ou entre esta e a tese eleita pelo réu/reconvinte para espancar as razões embasadoras da pretensão autoral.

À vista disso, e nos parecendo mais consentânea com a boa lógica jurídica, exsurge inarredável a inferência de que a defesa, para os fins daquela regra processual, merece ser entendida restritivamente, na dimensão exata do contexto argumentativo dirigido, de modo específico, ao rechaço do pedido, nela não se considerando irresignações do contestante, cuja eventual prosperidade não venha alterar a sorte da iniciativa processual objurgada. Destarte, a expressão fundamentos de defesa, adotada pelo artigo 315 da Lei Comum de Ritos, há de ser compreendida em consonância com o artigo 300 da mesma Sistematização formal, que sugere se esgotar toda a matéria de defesa na exposição das razões de fato e de direito com que o réu impugna o pedido do autor. ” .

Ao final da sessão, o magistrado demonstrou uma preocupação ao dizer que “se reclamamos quando o advogado, em suas defesas perante o Tribunal, manifesta-se de maneira confusa, sem clareza, com mais razão ainda devemos, como magistrados, ser claros em nossas decisões. ”.

Outro defensor da linguagem mais clara, o desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina Rodrigo Collaço escreveu o texto “Entendeu?”, publicado no sítio da AMB, à época de sua presidência, em 2005, para defender a simplificação da linguagem jurídica. O texto inicia com um trecho de uma petição.

O vetusto vernáculo manejado no âmbito dos Excelsos Pretórios, inaugurado a partir da peça ab ovo, contaminando as súplicas do petitório, não repercute na cognoscência dos freqüentadores do átrio forense. Ad excepcionem o instrumento do Remédio Heróico e o Jus Laboralis, onde o jus postulandi sobeja em beneplácito do paciente e do obreiro. Hodiernamente, no mesmo diapasão, elencam-se os empreendimentos in Judicium Specialis, curiosamente primando pelo rebuscamento, ao revés do perseguido em sua prima gênese.

Outros atos análogos padecem da mesma incúria para com o jurisdicionado, verbi gratia a peça pugnante - por mais pulcra que se constitua, em nada socorre ao deslindamento semântico da litiscontestatio. Inclua-se mais, e não por demasia, o derradeiro e venerando pronunciamento silogístico máximo, nem sempre preclaro, (mormente em seu decisum) da autoridade judicante,

Diagnosticada a mazela, põe-se a querela a avocar o poliglôto. A solvência, a nosso sentir, divorcia-se de qualquer iniciativa legiferante. Viceja na dialética meditabunda, ao inverso da almejada simplicidade teleológica, semiótica e sintática, a rabulegência tautológica, transfigurada em plurilingüismo ululante indecifrável. Na esteira trilhada, somam-se aberrantes neologismos insculpidos por arremedos do insigne Guimarães Rosa, espalmados com o latinismo vituperante.

Afigura-se até mesmo ignominioso o emprego da liturgia instrumental, especialmente por ocasião de solenidades presenciais, hipótese em que a incompreensão reina. A oitiva dos litigantes e das vestigiais por eles arroladas acarreta intransponível óbice à efetiva saga da obtenção da verdade real. Ad argumentandum tantum, os pleitos inaugurados pela Justiça Pública, preceituando a estocástica que as imputações e defesas se escudem de forma ininteligível, gestando obstáculo à hermenêutica. Portanto, o hercúleo despendimento de esforços para o desaforamento do “juridiquês” deve contemplar igualmente a magistratura, o ínclito Parquet, os doutos patronos das partes, os corpos discentes e docentes do magistério das ciências jurídicas.

O Desembargador frisa, ao final do texto, que a AMB tem uma missão desafiadora, pois se propõe a alterar a cultura linguística dominante na área do Direito. Ele evidencia a necessidade de a justiça ser compreendida por todos para que se torne ainda mais imprescindível à consolidação do Estado Democrático de Direito.

Outro magistrado defensor da simplificação da língua, o Ministro Aposentado Joaquim Barbosa, em seu discurso de posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal, asseverou: “defendo um judiciário sem firulas, sem floreios, sem rapapés!”, na tentativa de desmontar o monopólio do conhecimento.

O juiz Gerivaldo Alves Neiva dispensou todo o excesso de formalismo e começou assim a sua sentença, em 2005: “Vou direto ao assunto”. O magistrado resolveu escrever sua decisão de uma maneira que qualquer cidadão conseguisse entender; se o interessado, afinal, ganhou ou não a causa pela qual estava pleiteando.

Seguem trechos da decisão:

Vou direto ao assunto. O marceneiro José de Gregório Pinto, certamente pensando em facilitar o contato com sua clientela, rendeu-se à propaganda da Loja Insinuante de Coité e comprou um telefone celular, em 19 de abril de 2005, por suados cento e setenta e quatro reais. Leigo no assunto, é certo que não fez opção por fabricante. Escolheu pelo mais barato ou, quem sabe até, pelo mais bonitinho: o tal Siemens A52. Uma beleza!

Com certeza foi difícil domar os dedos grossos e calejados de marceneiro com a sensibilidade e recursos do seu Siemens A52, mas o certo é que utilizou o aparelhinho até o mês de junho do corrente ano e, possivelmente, contratou muitos serviços. Uma maravilha!

Para sua surpresa, diferente das boas ferramentas que utiliza em seu ofício, em 21 de junho, o aparelho deixou de funcionar. Que tristeza: seu novo instrumento de trabalho só durou dois meses. E olha que foi adquirido legalmente nas Lojas Insinuante e fabricado pela poderosa Siemens. Não é coisa de segunda-mão, não!

(...)

Para aumentar sua angústia, a Siemens disse que seu caso não tinha solução neste Juizado por motivo da "incompetência material absoluta do Juizado Especial Cível - Necessidade de prova técnica." Seu Gregório: o que é isto? Ou o telefone funciona ou não funciona! Basta apertar o botão de ligar. Não acendeu, não funciona. Prá que prova técnica melhor?

(...)

Por último, Seu Gregório, os Doutores advogados vão dizer que o Juiz decidiu "extra petita", quer dizer, mais do que o Senhor pediu e também que a decisão não preenche os requisitos legais. Não se incomode. Na verdade, para ser mais justa, deveria também condenar na indenização pelo dano moral, quer dizer, a vergonha que o senhor sentiu, e no lucro cessante, quer dizer, pagar o que o Senhor deixou de ganhar.

No mais, é uma sentença para ser lida e entendida por um marceneiro.

CAPÍTULO 3

Redescobrimiento do direito pelo cidadão

Como explicitado, os textos jurídicos têm sido afetados pelo vício de se formularem frases rebuscadas sem conteúdo relevante. Isso remete ao tão falado “juridiquês”, que, ao invés de aproximar o jurisdicionado, cria um abismo entre quem busca seus direitos e a concretização do direito em si. Na verdade, esse prejuízo não é só para o cidadão comum que se vê distante do direito almejado, mas também é para o profissional do direito, visto que contribui para o descrédito da justiça e, por consequência, do próprio operador jurídico. Conforme ANDRADE (2015),

[...] compara o “juridiquês” ao latim em missa, acobertando um mistério que amplia a distância entre a fé e o religioso; do mesmo modo, entre o cidadão e a lei. O seja, o uso de linguagem rebuscada, incompreensível para a maioria, seria também uma maneira de demonstração de poder e de manutenção do monopólio do conhecimento. [apud, ALVARENGA (2005)].

O objetivo não é a simplificação do uso da palavra a ponto de se tornar uma linguagem coloquial. O que os defensores da simplificação dos textos jurídicos pregam é a utilização de termos do vernáculo, a ordem direta, a clareza, a concisão, a ordem lógica.

Um dos grandes erros que os operadores do direito cometem ao escrever um texto é a falta de concisão. Ser conciso é utilizar o mínimo de palavras e informar o máximo. Winston Churchill já dizia: “Das palavras, a mais simples; das mais simples, a menor.”. PAIVA (2013, p.13) traz uma lista com palavras que podem ser substituídas para que o texto fique mais enxuto.

Em vez de	Escreva
Servimo-nos da presente para informar	Informamos
Se possível, gostaríamos que nos informassem	Informem-nos sobre
Encontra-se em nosso poder	Recebemos

A professora Valdeliciana, no texto “O Juridiquês e a linguagem jurídica: o certo e o errado no discurso”, traz-nos um típico exemplo de texto jurídico.

V. Ex^a., data máxima venia não adentrou às entranhas meritórias doutrinárias e jurisprudenciais acopladas na inicial, que caracterizam, hialinamente, o dano sofrido. Com espia no referido precedente, plenamente afincado, de modo consuetudinário, por entendimento turmário iterativo e remansoso, e com amplo supedâneo na Carta Política, que não preceitua garantia ao contencioso nem absoluta nem ilimitada, padecendo ao revés dos temperamentos constritores limados pela dicção do legislador infraconstitucional, resulta de meridiana clareza, tornando despicienda maior peroração, que o apelo a este Pretório se compadece do imperioso prequestionamento da matéria alojada na insurgência, tal entendido como expressamente abordada no Acórdão guerreado, sem o que estéril se mostrará a irresignação, inviabilizada ab ovo por carecer de pressuposto essencial ao desabrochar da operação cognitiva.

Ela continua o texto mostrando que é possível escrever de uma maneira que a grande maioria das pessoas consiga compreender.

V. Ex^a. Não abordou devidamente a doutrina e a jurisprudência citadas na inicial, que caracterizam, claramente, o dano sofrido. Um recurso, para ser recebido pelos tribunais superiores, deve abordar matéria explicitamente tocada pela instância inferior ao julgar a causa. Se isto não ocorrer, será pura e simplesmente rejeitado, sem exame do mérito da questão.

Por incrível que pareça, os dois textos apresentam o mesmo sentido!

No Recurso Especial n. 1.364.509/RS, a Ministra Nancy Andrighi começa seu voto com as seguintes palavras:

Cinge-se a controvérsia a decidir se a doação realizada ao menor impúbere, do único imóvel onde reside a família, dias depois de intimados os devedores para pagar quantia certa, em cumprimento de sentença, configura fraude de execução e afasta a natureza impenhorável do bem transferido.

Aos que não estão acostumados com o linguajar jurídico, a magistrada iniciou o voto com um breve resumo do que se tratava o recurso. O objeto discutido na ação era a doação do único imóvel da família realizada ao filho menor de 16 anos onde residiam. A doação foi realizada dias depois de intimados os devedores para pagar quantia a que foram condenados. Os Ministros entenderam que essa doação é configurada como fraude e afastaram a natureza impenhorável do bem transferido.

No caso acima, a própria relatora, em seu sítio pessoal, fez uma explicação do resultado da ação. Mas, nem todos os magistrados realizam essa “tradução”.

É comum acharmos decisões cujo conteúdo não é compreendido sequer por quem, em princípio, suporíamos com capacidade para entender. Mario Barbosa Maia, ex-procurador da Universidade de Brasília – UnB, em texto publicado no sítio “Consultor Jurídico”, descreve uma história que aconteceu com ele. Em uma decisão judicial, o decano entregou ao advogado o resultado da ação movida por um aluno a fim de que este pudesse continuar na universidade. O reitor, ao ler a referida decisão, indagou: “O aluno fica ou sai da UnB?”. É, no mínimo, curioso pensarmos que “um decano de uma prestigiada universidade brasileira não ter conseguido compreender uma decisão judicial que lhe fora imposta para o seu mero cumprimento configura um obstáculo para a efetividade da Justiça.”.

Segundo Vianna (2008: p. 2):

Para esta "simplificação", convém lembrar que peças processuais não são trabalhos acadêmicos, sendo desnecessário recorrer, em regra, a considerações de ordem Histórica ou ao Direito Comparado. Tampouco devem servir de palco para demonstração de "conhecimento" ou "cultura". Deve, portanto, prevalecer o "fim", ou seja, busca pela prestação jurisdicional, e não o "meio", isto é, peças processuais extensas e repletas de "juridiquês" e outras inutilidades.

A Ministra Nancy Andrighi mostra-se sempre preocupada com a acessibilidade da Justiça. Em artigo publicado no sítio da AMB, ressalta que:

O exercício incansável do juiz deve ser o de tornar compreensíveis suas decisões. Contudo, mesmo produzindo decisões com linguagem direta e simplificada, em determinadas circunstâncias, é imprescindível a utilização de expressões técnicas. Dessa forma, é necessário que se crie um mecanismo eficaz para explicar ao cidadão, sem formação jurídica, o que, efetivamente, foi decidido. Da mesma forma que o médico não se restringe a dizer o nome da doença, mas busca explicar ao paciente o diagnóstico apresentado, o juiz não deve apenas julgar, mas precisa fazer com que o cidadão entenda o que foi decidido e as razões que o levaram a decidir daquela forma. (ANDRIGHI, 2005, p.1).

Mesmo com tantas barreiras para o simples cidadão compreender o que a justiça vem aplicando, alguns órgãos estão comprometidos com a missão de simplificação da linguagem jurídica. Além da AMB, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJRS – lançou em 1999 a cartilha “ Entendendo a Linguagem jurídica?”. Nela o cidadão conseguirá verificar vários termos que são utilizados em textos jurídicos. A cartilha traz, também, uma breve explicação do funcionamento da Justiça no Rio Grande do Sul.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região distribui um material semelhante ao do TJRS. A cartilha distribuída apresenta um minidicionário e informações úteis para quem precisa acessar os serviços da Justiça Federal.

Outra Corte que aderiu a campanha da AMB é o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, ao lançar, em 2010, a cartilha “O TJ Responde”, cujo objetivo é “tornar a linguagem jurídica mais acessível para aproximar o Poder Judiciário do cidadão brasileiro comum”. Além de explicar algumas dúvidas comuns, como a diferença entre estância e instância, a cartilha tem um glossário bastante completo. Tal cartilha pode ser acessada pelo sítio do tribunal.

O juiz Afif Jorge Simões Neto, da Turma Recursal do TJRS, no processo de nº. 71001770171, decidiu proferir seu voto em forma de verso. De maneira inusitada e bastante clara, o magistrado decidiu assim:

Este é mais um processo
Daqueles de dano moral
O autor se diz ofendido
Na Câmara e no jornal.

Tem até CD nos autos
Que ouvi bem devagar
E não encontrei a calúnia
Nas palavras do Wilmar.

Numa festa sem fronteiras
Teve início a brigantina
Tudo porque não dançou
O Rincão da Carolina.

Já tinha visto falar
Do Grupo da Pitangueira
Dançam chula com a lança
Ou até cobra cruzeira.

Houve ato de repúdio
E o réu falou sem rabisco
Critizando da tribuna
O jeitão do Rui Francisco

Que o autor não presta conta
Nunca disse o demandado
Errou feio o jornalista
Ao inventar o fraseado.

Julgar briga de patrão
É coisa que não me apraza
O que me preocupa, isso sim
São as bombas lá em Gaza.

Ausente a prova do fato
Reformo a sentença guerreada
Rogando aos nobres colegas
Que me acompanhem na estrada

Sem culpa no proceder
Não condeno um inocente
Pois todo o mal que se faz
Um dia volta pra gente

E fica aqui um pedido
Lançado nos estertores
Que a paz volte ao seu trilho
Na terra do velho Flores.

Com esse voto, o magistrado mostra como a linguagem é um importante mecanismo de aproximação, uma vez que, por meio de sua decisão, ele coloca a Justiça no mesmo patamar do cidadão. O juiz evidencia que a Justiça está presente na sociedade para prestar serviços a todos seus membros, sem distinção de classe social, credo, cor, raça e, mais importante, sem distinção de grau de escolaridade.

CONCLUSÃO

Como em toda ciência, o Direito possui uma linguagem técnica. Mas o tecnicismo difere da linguagem rebuscada, expressões arcaicas, latinismo ou de difícil interpretação. Com essa linguagem, o cidadão, que é o maior interessado nas causas, acaba sendo prejudicado. O exagero é um defeito, não uma qualidade. Assim, o advogado ou o magistrado que escreve muito não necessariamente escreve bem. A seleção de bons argumentos e a preocupação com o uso de uma linguagem mais simples, clara, concisa e de fácil entendimento, vale mais que o uso de transcrições latinas inúteis e expressões pomposas.

Para os operadores do direito, seja juiz, seja advogado, seja promotor, é necessário ter um conhecimento grande tanto das leis quanto da língua portuguesa para que o texto tenha clareza, concisão, formalidade, impessoalidade, objetividade e simplicidade, em substituição ao modelo atualmente dominante que prestigia textos com excesso de formalismos, palavras ou mesmo frases inteiras em latim, termos arcaicos, prejudicial à compreensão pelo cidadão comum.

Em 2005, a AMB lançou uma campanha para a simplificação da linguagem jurídica visando à alteração da cultura linguística dominante na área do Direito. Para que a Justiça seja compreendida em sua atuação por todos e especialmente por seus destinatários, é preciso que a linguagem seja mais clara. Para que a população tenha acesso à Justiça, é preciso, igualmente, que a cultura das decisões judiciais ultrapasse a barreira da linguagem hermética e pedante, pois esta está longe da compreensão razoável e compatível com a escolaridade média do povo brasileiro.

Compreender os termos usados no texto de sua acusação é um direito do réu. Mesmo àquele que cometeu algum crime, é imprescindível que entenda os motivos de sua condenação. O juiz, ao decidir, não pode usar uma linguagem inacessível ao destinatário, ou seja, o cidadão. É preciso que o magistrado não utilize termos arcaicos, texto confuso, expressões em latim, enfim, para que o cidadão possa se sentir próximo do Judiciário. Um texto técnico, porém bem escrito, é sinal de que a justiça está alcançando a sua real finalidade: servir o cidadão.

A partir da simplificação da linguagem jurídica, é possível sugerir que a linguagem é um importante mecanismo para aproximar a população da Justiça, uma vez que, por meio da compreensão das decisões judiciais, coloca-os num mesmo patamar. Aos operadores do direito, é

fundamental ter em mente que a Justiça é função indeclinável do Estado concebida como serviço público à disposição de cada membro da sociedade, sem distinção de classe social, credo, cor, raça e, mais importante, sem distinção de grau de escolaridade.

Para que o acesso à Justiça seja alcançado, cabe às faculdades de direito e aos tribunais de justiça, particularmente por suas escolas judiciais, o encargo de reverem essa linguagem descabida disseminada entre os operadores do direito, oferecendo cursos para conscientização e aprendizagem do estilo adequado ao tempo atual e em respeito ao cidadão brasileiro.

Em síntese: simplificar a linguagem jurídica não é sinônimo de involução intelectual, mas um passo decisivo em direção à democratização da Justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Valdeciliana da Silva Ramos. O juridiquês e a linguagem jurídica: o certo e o errado no discurso. Disponível em
<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9uhcqObMrl0J:www.amatra17.org.br/arquivos/4a1d8f3c15d4d.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 20.9.2016.
2. ANDRIGHI, Fátima Nancy. Pela compreensão da Justiça. AMB. 2005. <disponível em: http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/1764/Pela_Compreens%C3%A3o_Justi%C3%A7a.pdf. Acesso em: 20.10.2016.
3. CALAÇO, Rodrigo. Entendeu? Disponível em:<
www.amb.com.br/portal/web/portal/juridiques/entendeu.doc >. Acesso em 15.9.2016.
4. OITICICA, José. Manual de estilo. 8ª Edição. Rio de Janeiro: F. Alves, 1959.
5. O Judiciário ao Alcance de Todos – Noções Básicas de “juridiquês”. AMB. 2ª Edição. Brasília – 2007. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/portal/juridiques/livro.pdf>>. Acesso em: 15.9.2016.
6. PAIXÃO, Tatiana. Coluna: Língua Afiada. Disponível em: <
<http://www.quotidiano.com.br/impressaoartigo-214/juridiquês:-um-entreve-sociedade-justica>>. Acesso em: 22.10.2016.
7. PAIVA, Marcelo. Português. Linguagem Jurídica. Brasília: Instituto Educere, 2011.
8. _____. Português Jurídico. Brasília: Alumnus, 2012.
9. Programa Tema Jurídico Facisa nº 33 -- Linguagem Jurídica e Juridiquês. Disponível em
<<https://www.youtube.com/watch?v=Jb4puIahpC0> >. Acesso em 8.10.2016.
10. REOLON, Suzana. A linguagem jurídica e a comunicação entre o advogado e seu cliente na atualidade. Disponível em:
<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2010_2/suzana_reolon.pdf>. Acesso em: 15.9.2016.
11. SILVA, Luciano Correia da. Manual de Linguagem forense. São Paulo: Edipro, 1991.

12. TJ Responde. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://ftp.tjmg.jus.br/conhecendo/TJ%20responde-colorido.pdf>> Acesso em 20.10.2016.
13. TRUBILHANO, Fábio; HENRIQUE, Antônio. Linguagem Jurídica e Argumentação. 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014.
14. VASCONCELOS, Gesilaine. Influência do Direito Romano na Atualidade. Disponível em: <<https://ges.jusbrasil.com.br/artigos/153252615/influencia-do-direito-romano-na-atualidade>> Acesso em: 1.10.2016
15. VIANNA, José Ricardo Álvares. Simplificação da linguagem jurídica. Teresina. Jus Navegandi. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/11230/simplificacao-da-linguagem-juridica/print>>. Acesso em: 15.10.2016.
16. VIANA, Daniel Roepke; ANDRADE, Valdeciliana Da Silva Ramos. Direito E Linguagem: Os Entraves Linguísticos E Sua Repercussão No Texto Jurídico Processual. Disponível em: <<file:///C:/Users/Gustavo%20Moller/Downloads/17-60-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15.10.2016.